

"A ATUAL PROPOSTA DE REFORMA CARECE DE TUDO ISSO, POIS ESTÁ SENDO IMPLEMENTADA SEM DEBATE NEM ADESÃO DOS EDUCADORES E DOS DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE."

ANAMARIA KOVÁCS - JORNALISTA E PROFESSORA APOSENTADA PELA FURB

REFORMA OU REMENDO?
PÁGINA 5

"EM MEIO ÀS GRAVES FISSURAS QUE A DEMOCRACIA BRASILEIRA VEM SOFRENDO, E A SÉRIE DE MEDIDAS COLOCADAS EM PRÁTICA PELO ATUAL GOVERNO, EM ESPECIAL, A EMENDA CONSTITUCIONAL 55 QUE PREVÊ UM TETO DE GASTOS PARA OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS, A EDUCAÇÃO BRASILEIRA É ATINGIDA FRONTALMENTE."

CÍNTIA R. RODRIGUES - COORD. DO CURSO DE HISTÓRIA

O GOLPE CONTRA A HISTÓRIA
PÁGINAS 10 E 11

"A ASSINATURA DO NOME PRÓPRIO NÃO SE DÁ SEM A EXPERIÊNCIA DE ESTRANHAMENTO CONSIGO MESMA, E SEM A EXPERIÊNCIA DA SOLIDÃO. UMA SOLIDÃO ACOMPANHADA"

CARLA CUMIOTTO - PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

MULHERES: SEUS CORPOS, SUAS REGRAS E SEUS PENSAMENTOS
PÁGINA 12

SERVIDORES DA FURB EM CAMPANHA SALARIAL

Conheça a pauta de reivindicações da categoria

PÁGINA 9



PROJETO LEVA ARTE E LITERATURA DE FORMA CRIATIVA

CRÉDITO: MAGALI MOSER

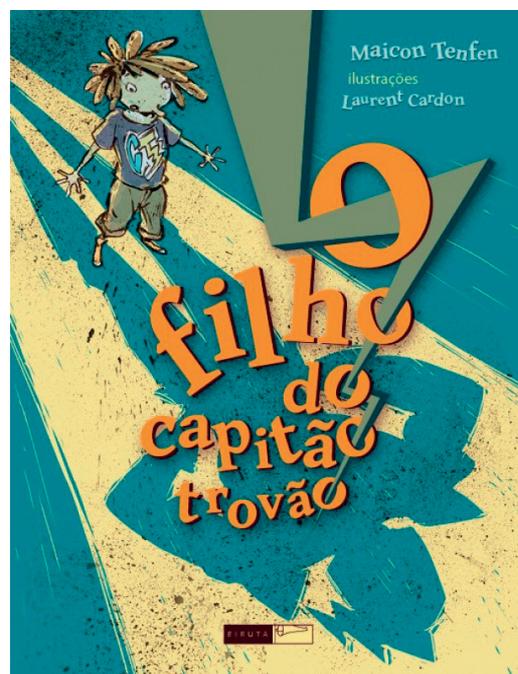
Geladeiras antigas que iam para a sucata tornam-se prateleiras de livros em bibliotecas distribuídas pelos campi 1, 2 e 3 da universidade. Projeto Geladeiroteca, do DCE da FURB, desperta interesse do legislativo municipal

PÁGINAS 6 E 7



"ALGO QUE AS MULHERES SÃO DIARIAMENTE DESENCORAJADAS A FAZER: ESTAR NA CIDADE SEM MEDO"

PÁGINA 8



"O FILHO DO CAPITÃO TROVÃO É O PRIMEIRO LIVRO INFANTIL DE MAICON TENFEN, ESCRITOR FINALISTA DO PRÊMIO JABUTI 2015"

PÁGINA 4

A REFORMA TRABALHISTA NA MESA DE NEGOCIAÇÃO: ENTRE O LEGAL E O NEGOCIADO

Encaminhada no final de dezembro para aprovação em caráter de urgência o projeto de lei 6.787/2016 trata da reforma trabalhista. O governo afirma que se essa proposta for aprovada, pode criar até 5 milhões de empregos no médio e longo prazo. Em geral, a geração de empregos é mais associada à atividade econômica e à evolução da produtividade. No Brasil, por exemplo, o setor privado criou quase 18 milhões de empregos formais entre 2002 e 2014 sem nada relevante ter sido aprovado na legislação trabalhista. Que a base da legislação regida pela CLT já ter completado mais de 70 anos e não estar ajustada às mudanças da dinâmica do mercado de trabalho e ter deixado várias lacunas na sua interpretação à luz da realidade já

é uma discussão de muitos anos. A questão é que isso foi encaminhado com esse tom em meio à crise política, podemos esperar surpresas. No que tange à criação estimada de empregos, o Banco Mundial não compartilha da ideia de que uma reforma legislativa possa criar tantos empregos.

“Os efeitos estimados [da legislação trabalhista] revelam-se modestos na maioria dos casos – certamente mais modestos do que a intensidade do debate poderia sugerir”, afirma o capítulo sobre empregos do “Relatório de Desenvolvimento Mundial 2013”. Dependendo do caso, o impacto da regulação pode ser ligeiramente positivo ou negativo para o mercado de trabalho. Mas, de forma geral, não é determinante. Pode ter alguns efeitos sobre a produtividade, mas o fator tecnológico é o ponto fulcral para gerar bons empregos e todo o outro arcabouço tributário e institucional. O projeto, que está sendo analisado por uma comissão especial da Câmara dos Deputados, mexe em três pontos da legislação: contratos temporários, trabalho em tempo parcial e negociações coletivas. A duração máxima do contrato temporário passaria dos atuais 90 dias (prorrogáveis

por 90) para 120 dias (prorrogáveis por 120). A jornada de trabalho em tempo parcial também seria ampliada, de 25 para até 30 horas semanais, ou então 26 horas, com até seis horas extras.

O ponto mais polêmico diz respeito aos acordos e convenções coletivas. O governo quer deixar explícito em lei que a Justiça deve respeitar as cláusulas negociadas entre trabalhadores (por meio de seus sindicatos) e empresas (diretamente ou via sindicatos patronais). A Constituição já determina que o Judiciário reconheça as convenções coletivas, mas os tribunais costumam anular dispositivos que contrariem a CLT. Essa prevalência do negociado sobre o legislado não valeria para todo o contrato, mas para 13 pontos destacados para o projeto. Além da carga horária, outras mudanças em vista são a forma de remuneração, o parcelamento das férias e o trabalho em *home office*. Esses aspectos poderão ser negociados diretamente entre sindicatos e empresas. Além disso, a proposta prevê a criação vagas temporárias e em tempo parcial, que dão menos direitos aos funcionários e podem tomar o lugar dos empregos tradicionais. Muitas dúvidas ainda pairam sobre a reforma. Juristas e advogados questionam a legalidade de medidas contidas na proposta, potencialmente contrárias a princípios básicos da Constituição.

A Constituição limita a duração da jornada a oito horas diárias e 44 semanais – o que significa, no máximo, 2.296 horas anuais. São permitidas, além disso, até duas horas extras por dia, desde que em caráter eventual. Com a reforma, acordos entre sindicatos e empregadores passam a ter força de lei para negociar jornadas de até 220 horas mensais – o que significa 2.640 horas por ano. Isso significa até 344 horas a mais de horas trabalhadas por ano. O projeto de lei também relativiza o limite máximo de 10 horas de trabalho por dia: as oito horas normais acrescidas de duas horas extras. Acordos co-

letivos estabelecendo jornadas de até 24 horas ininterruptas, que foram invalidados pela Justiça do Trabalho no passado, tenderiam a ganhar respaldo jurídico. Além disso, não está claro se há margem para jornadas que superam o limite de 220 horas mensais, com as horas excedentes sendo computadas como horas extras.

A proposta do governo estabelece que, em caso de acordo entre a empresa e os trabalhadores, a jornada em um único dia pode chegar até a 12 horas (oito horas normais mais quatro horas extras), desde que respeitado o limite de 48 horas na semana (44 horas da jornada padrão mais quatro horas extras). O limite de até 12 horas em um único dia já é previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para algumas categorias, como profissionais de segurança pública e da área de saúde. A jornada padrão, sem acordo coletivo, é de 8 horas diárias e 44 semanais. Com acordo coletivo, poderá se estender a 12 horas e folgar 36 horas (como em casos de profissionais de segurança e da saúde).

Outras questões dos pontos da reforma incluem parcelamento das férias em até três vezes, com pelo menos duas semanas consecutivas de trabalho entre uma dessas parcelas; o direito, se acordado, à participação nos lucros e resultados da empresa; remuneração por produtividade; o tempo gasto no percurso para se chegar ao local de trabalho e no retorno para casa; o estabelecimento de estão previstas alterações no trabalho temporário, com aumento do prazo de contratação de 90 dias prorrogáveis por mais 90 dias para um período de 120 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 120 dias. Segundo o governo, deve ser garantida ao trabalhador temporário remuneração equivalente a dos empregados de mesma categoria da empresa tomadora ou cliente, calculados à base horária. Além disso, são assegurados ao trabalhador temporário os mesmos direitos previstos na CLT relativos aos contratados por prazo determinado (FGTS, adicionais, horas-extras, etc.) e um intervalo durante a jornada de trabalho com no mínimo de 30 minutos.

As empresas de trabalho temporário são obrigadas a fornecer comprovante da regularidade de sua situação com o INSS, recolhimentos de FGTS e Negativa de Débitos junto à Receita Federal, sob pena de retenção dos valores devidos no contrato com a empresa de mão de obra temporária. O trabalho temporário não se aplica aos empregados domésticos. Para o regime parcial de trabalho, também foram propostas algumas mudanças, entre as quais a ampliação do prazo de até 25 horas semanais para até 26 horas semanais, com 6 horas extras, ou 30 horas semanais sem horas extras. Pela proposta, é facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário. Ele poderá tirar 30 dias de férias, independente do número de horas trabalhadas (férias do regime de trabalho a tempo parcial serão regidas pelo art. 130 da CLT).

Além dos pontos polêmicos do quais devemos ter uma atenção especial há alguns pontos positivos na proposta como o combate à informalidade no mercado de trabalho e à precarização das relações trabalhistas: O empregador que mantiver empregado não registrado ficará sujeito à multa no valor de R\$ 6 mil por empregado nessa situação, acrescido de igual valor em cada reincidência. O valor final da multa aplicada, por sua vez, será de R\$ 1 mil por empregado não registrado, quando se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte.

De qualquer forma, a reforma trabalhista vem em um momento conturbado, quando a reforma previdenciária, crise dos estados e alto desemprego compõem esse quadro ainda desolador para 2017. No entanto, cada ponto merece destaque na sua votação. Voltarmos as costas para qualquer alteração significa perder o crédito e a oportunidade de contrapor os extremos de alguns pontos desse Projeto de Lei.

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!

DIRETORIA SINSEPEs | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafera (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (CCT), **Tesoureiro:** Nazareno Schmoeller (CCSA), **1º Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **Diretor de Cultura e Cuidados com a Saúde:** João Luiz Gurgel Calvet da Silveira (CCS), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Morilo José Rigon Júnior (CCEN), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoní Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edemar Valério Mafera (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. **Gráfica:** Grafnorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista Responsável: Magali Moser - MTB/SC 02353 JP
Luiz Guilherme Antonello (estagiário de Jornalismo)

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, anexo à cantina central - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89030-903

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br





INTERNAS

FURB É AUTORIZADA A OFERECER CURSOS NA MODALIDADE EAD

Em 16 de fevereiro, foi autorizada pelo Ministério da Educação, a portaria que habilita a FURB a ofertar cursos superiores na modalidade à distância (EAD), em todos os níveis: graduação, pós-graduação e educação continuada. A autorização tem um prazo de 10 anos. Segundo o Coordenador do Curso de Turismo e Lazer, o professor Jamis Antônio Piazza, a previsão para o lançamento do curso de Turismo (bacharelado), o primeiro nesta modalidade, é para o segundo semestre de 2017. "O curso já tem condições de ser lançado. Se for aprovado pela Pró-Reitoria de Ensino, e tivermos o processo de seleção para a metade do ano, já temos como fornecer o EAD no curso de Turismo", prevê Jamis. Desde 2015, quando o curso havia sido autorizado pelo Ministério da Educação (MEC) a ser ofertado no modo EAD, com nota máxima (5), a FURB aguardava a Portaria para credenciar a Universidade a ofertar cursos nesta modalidade. "Deve-se ter critérios, para não tornar em algo qualquer, e termos credibilidade. Vejo que o curso de Turismo tem grande valia para FURB, por ser o primeiro, é o 'carro-chefe'. Se nós ganharmos credibilidade no mercado, automaticamente podemos lançar outros cursos", complementa Piazza. Outro curso que vai se preparar para a modalidade é o de Secretariado Bilingue.

INSCRIÇÕES DO CADASTRO SOCIOECONÔMICO VÃO ATÉ DIA 20

Acadêmicos interessados em receber bolsas de estudo do Artigo 170, Fumdes - Artigo 171 e Fundosocial ou pesquisa Pipe - Artigo 170 precisam se atentar ao prazo do Cadastro Socioeconômico para o primeiro semestre de 2017, que vai até o dia 20 de março. Antes de se inscrever, o acadêmico deve se cadastrar ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina, o UNIEDU, pelo site www.uniedu.sed.sc.gov.br/graduacao/cadastramento Para os estudantes que recebiam bolsas de estudo ou pesquisa em semestres anteriores, e que desejam continuar ou voltar a receber, precisam realizar novamente a inscrição. Além de participar de todo o processo, como a entrega dos documentos solicitados no edital. Acesse ao edital em furb.br/cse

SINSEPES PROMOVE PALESTRA PELA PASSAGEM DO DIA DA MULHER

O mês dedicado à luta das mulheres será marcado por várias atividades organizadas por coletivos em Blumenau. O Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (SINSEPES) promove em 22 de março, a partir das 18h30min, no auditório do Bloco J, uma palestra com a advogada e professora do curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Queila Jaqueline Nunes Martins. Doutoranda em Direito pela Univali, é Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela mesma universidade, e especialista pela Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina. Falará sobre o desafio de ser mulher na contemporaneidade. Em breve mais informações. Acompanhe pelos canais de comunicação do SINSEPES.



LUIZ ANTONELLO

PASSARELA É INTERDITADA PARA OBRAS DE RECUPERAÇÃO

A passarela em frente ao Campus 1 da FURB está em reformas desde o dia 21 de fevereiro. De acordo com a assessoria de imprensa da universidade, a previsão para o término da obra é de 60 dias, ou seja, em 21 de abril. Até lá, segue interditada. Ainda segundo o comunicado, durante o período, o ponto de ônibus localizado na Rua Antônio da Veiga está fechado e outro está temporariamente aberto ao lado, para segurança das pessoas. Também foi modificado o acesso para cadeirantes às dependências da FURB e da Escola Técnica do Vale do Itajaí (ETEVI), que, durante este período, será feito pela Rua São Paulo, com sinalização próximo à passarela.

CENTÉSIMA SUBIDA AO SPITZKOPF É TRANSFORMADA EM DOCUMENTÁRIO

Será dia 17 de março, sexta-feira, às 19h30min a reunião de associados da Aca-prena e lançamento do documentário sobre a 100ª subida do prof. Lauro E. Bacca ao Spitzkopf. A pauta contemplará informes gerais, apresentação do documentário: "100ª subida do prof. Lauro E. Bacca ao Spitzkopf" (com duração de 60min), Perguntas e discussão sobre a palestra e palavra livre. A reunião será no Auditório do Galpão Arquitetura - FURB, Rua São Paulo nº 1430 (defronte ao ponto de ônibus do Campus I). O documentário foi elaborado por Wigold Schaffer e Miriam Prochnow, da Apremavi, que acompanharam o professor Lauro Eduardo Bacca na sua 100ª subida ao morro Spitzkopf, gravando depoimentos e imagens. Inscrições gratuitas pelo e-mail acaprena@gmail.com A centésima subida do professor foi tema de reportagem no *Expressão Universitária* na edição de dezembro/janeiro 2016/2017.

DÍVIDA DIANTE DO ISSBLU

Em reunião ordinária em 24 de fevereiro, o Conselho de Administração do ISSBLU - Instituto de Seguridade Social de Blumenau, apreciou mais um pedido consecutivo de parcelamentos referentes à contribuição patronal e alíquota especial do município de Blumenau e do Fundo Municipal de Saúde, totalizando R\$ 30.074.422,60 referentes os pagamentos dos meses de julho a dezembro incluindo o 13º salário. O parcelamento dos débitos em 60 meses foi aprovado por 6 votos e 3 contra diante das dificuldades que a administração do município vem enfrentando durante o ano de 2016 em relação à queda das receitas próprias e principalmente das transferências de impostos estaduais e federais. A manutenção dos serviços de saúde e educação além dos percentuais mínimos obrigatórios por lei foi o principal argumento para manter o regular atendimento ao público blumenauense, apesar das dificuldades já detectadas. A representação do SINSEPES, que está na presidência desse conselho com o presidente do Instituto Elói Barni, convocaram, durante o ano de 2016, reuniões extraordinárias com a Secretaria da Fazenda e também com o Prefeito Municipal Napoleão Bernardes, que juntamente com o seus secretários e diretores atenderam ao Conselho de Administração do ISSBLU em dezembro de 2016 para discutir os débitos que se acumularam durante os anos de 2015 e 2016. Os parcelamentos já realizados estão sendo pagos normalmente e agora, com essa última aprovação, passarão a representar mais de R\$ 1,7 milhão ao mês além das obrigações regulares mensais. A prefeitura afirmou estar garantindo, com prioridade, a folha de pagamento e as reposições inflacionárias do ano aos servidores do município. A situação é de alerta até o momento, pois, se não for regularizada em breve, os compromissos com parcelamentos irão se acumular comprometendo de forma definitiva o pagamento das contribuições normais. Um sério ajuste de contas diante dessa realidade terá que acontecer em 2017.

O FILHO DO CAPITÃO TROVÃO

Em novo livro, escritor Maicon Tenfen se aventura pela primeira vez no universo infantil

POR STÉ SPENGLER

Ex-aluna do curso de letras da FURB e mestranda de Letras da UFSC <sste.letras@gmail.com>

E quem disse que estar na quarta série não é o suficiente para salvar o mundo?

Na escola, diziam que o pai de Marcos passava as noites bebendo, mas ele sabia que não era verdade. O garoto escondia um grande segredo: era filho do super-herói da hora, o Capitão Trovão. Defensor da liberdade e da justiça, o herói vestia um uniforme que brilhava no escuro, junto com um capacete e foguetes propulsores que o levavam às alturas. E é claro que todos os

meninos tinham um uniforme igualzinho, além de bonecos, revistas e álbuns de figurinhas. O Capitão Trovão tinha até mesmo dezenas, centenas, de fã-clubes e potes de iogurte com suas iniciais na embalagem. Era um verdadeiro campeão do *merchandising*! Ele estava sempre nos noticiários. Estava sempre combatendo o crime. Ele era o máximo! E apesar de o Capitão estar prestes a se aposentar, Marcos não acreditava muito que pudesse ser o escolhido para sucedê-lo no combate, até que...

... notícia de última hora: o Capitão Trovão acaba de ser capturado pelo vilão Zuninga e a Liga dos Bárbaros Pavorosos. E agora? O segredo de Marcos era tão secreto que nem mesmo sua mãe o sabia! Não ficaria sentado esperando as próximas notícias, muito menos um milagre. Estava na hora de mostrar sua coragem, de provar que o sangue do grande Capitão Trovão corria em suas veias. E assim, com sua bicicleta e a fantasia de super-herói, o filho parte em uma perigosa jornada para salvar o pai das garras – ou melhor, das correntes

tes – do mal.

Com belíssimas ilustrações de Laurent Cardon, *O filho do Capitão Trovão* foi publicado no final de 2016 e é o primeiro livro infantil de Maicon Tenfen, escritor finalista do Prêmio Jabuti 2015. O texto, com suas pouco mais de trinta páginas divididas em capítulos curtos, é leve e atrativo. Nas palavras do próprio autor, o livro nos conta duas histórias ao mesmo tempo. Seria uma simples história de heróis e vilões das crianças ou a história de um filho tentando mascarar sua dura e cruel realidade em um

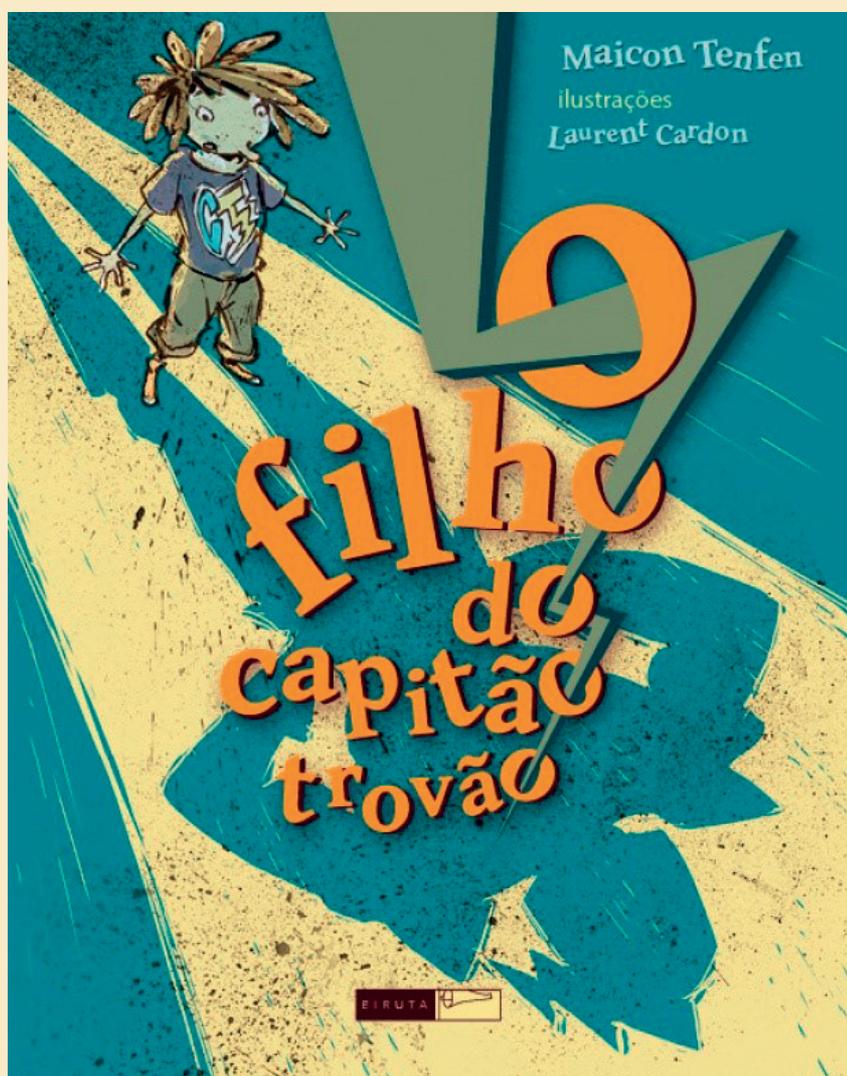
mundo de fantasia? Seria a história de um homem acorrentado pelo vício e pelo fracasso buscando enfim liberta-se? Ninguém poderia salvar o Capitão, apenas ele mesmo.

Tudo isso reflete uma provocação de Saramago: “E se as histórias para crianças passassem a ser de leitura obrigatória para os adultos? Seriam eles capazes de aprender realmente o que há tanto tempo têm andado a ensinar?”.

Essa é uma resposta que o leitor precisará descobrir.

“

Com belíssimas ilustrações de Laurent Cardon, *O filho do Capitão Trovão* foi publicado no final de 2016 e é o primeiro livro infantil de Maicon Tenfen, escritor finalista do Prêmio Jabuti 2015. O texto, com suas pouco mais de trinta páginas divididas em capítulos curtos, é leve e atrativo.



PÚBLICO RECEBE NOVO LIVRO COM ENTUSIASMO

A história de Marcos e de seu possível pai, o super-herói Capitão Trovão, contadas no livro infantil “O Filho do Capitão Trovão”, de Maicon Tenfen, teve boa recepção pelo público brasileiro. Resenhas, entrevistas e materiais de divulgações podem ser encontrados nas redes e imprensa. Um deles é a sugestão de livros na *Revista Veja*, que reservou espaço para a obra.

Entres as resenhas, Tatiana Feltrin, em seu canal do *YouTube Tiny Little Things*, destaca como ler o livro foi divertido e engraçado. “O livro é uma delícia de ser lido. O Maicon tem um bom humor!”, conta antes ler um trecho da obra, em vídeo postado dia 27 de janeiro.

Boas críticas vieram, também, do editor do site *Homo Literatus* e autor do livro “Um gato chamado Borges”, Vilto Reis. Em um vídeo no canal do *YouTube*, ele conta sobre as narrativas em camadas do livro e elogia suas ilustrações, feitas pelo artista francês, e radicado em São Paulo, Laurent Cardon.

Em entrevista para o *Diário Catarinense*, publicada em 7 de fevereiro, Tenfen responde se pretende escrever outro livro infantil: “É muito provável que isso aconteça, mas tem que ser uma história que precise desse tom. Eu percebi que o livro infantil tem muito mais aceitação, você consegue mais resultados com ele. Mas eu não quero focar nisso. O texto tem que pedir, a história tem que exigir esse formato”, revela ao jornal.

SOBRE O AUTOR

Maicon Tenfen nasceu em Ituporanga, no interior de Santa Catarina, em 1975. Lançou seu primeiro livro, *Entre a Brisa e a Ma-*

drugada, ainda quando estudava Letras, na FURB, em 1996. Tenfen continua na vida acadêmica e concluiu os cursos de mestrado e doutorado em Teoria Literária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desde então, soma 20 livros entre outros trabalhos como crônicas para o *Diário Catarinense* e uma coluna diária para o *Jornal de Santa Catarina*, em 2007 e 2011. Entre romances, crônicas, contos e ensaios, Tenfen aventura-se desde roteiros para TV e vídeos para o *YouTube*.

Em 2014, lançou *Quissama: O Império dos Capoeiras*, com a ilustração de Rubens Belli. A obra é a primeira de uma trilogia, a qual o segundo volume está para sair.

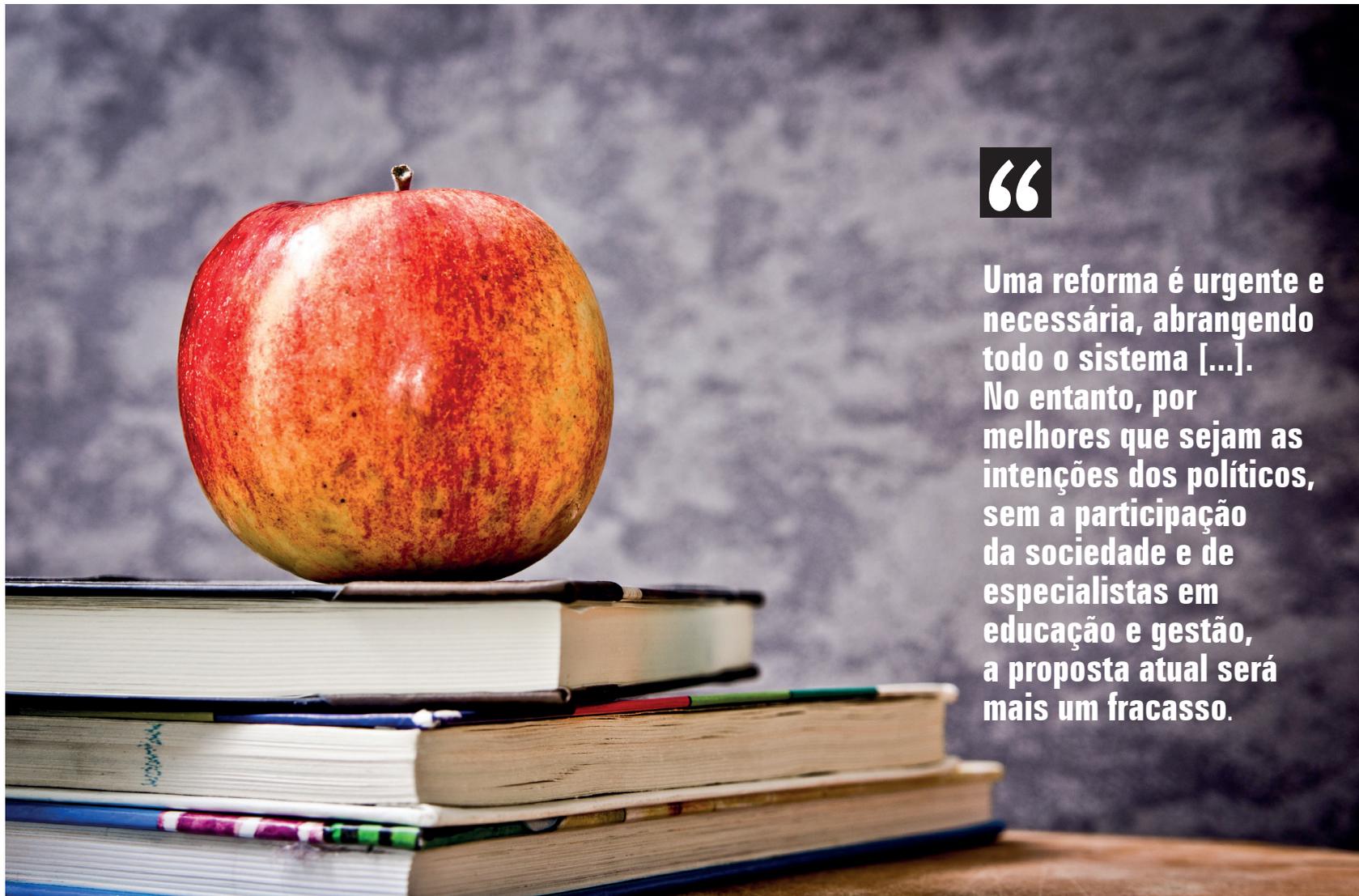
Em 2016, o Belli Studio, convidou Tenfen para supervisionar e roteirizar a série de animação *Boris e Rufus*, que será exibida pelo canal Disney XD. Apresentou também o *Literatus TV*, programa vinculado pela *NBR TV*, também presente no *YouTube*, onde fala sobre literatura, cinema e cultura em geral, além de entrevistas com autores.

Através de um financiamento coletivo, o escritor lançou um jogo de tabuleiro criado por Ricardo Spinelli baseado no livro *Quissama*, que está em processo de tornar-se uma animação para a TV.

Atualmente, é professor de Literatura Brasileira na Universidade de Blumenau (FURB), ministra oficinas de redação criativa e já realizou mais de 400 palestras em escolas de ensino fundamental, médio e superior. Além disso, dirige a Editora da FURB (Edifurb) e produz a *Revista de Divulgação Cultural* (RDC), que voltou a circular em dezembro de 2016.

O Filho do Capitão Trovão, de Maicon Tenfen, é lançado pela Editora Biruta, de São Paulo. Tem 37 páginas, e o valor é de R\$ 44.

REFORMA OU REMENDO?



“

Uma reforma é urgente e necessária, abrangendo todo o sistema [...]. No entanto, por melhores que sejam as intenções dos políticos, sem a participação da sociedade e de especialistas em educação e gestão, a proposta atual será mais um fracasso.

FOTO: PIXABAY

Reforma do Ensino Médio anunciada pelo Ministério da Educação falha por desconsiderar consulta popular e interesses da sociedade

POR ANAMARIA KOVÁCS

Jornalista, Mestre em Comunicação Social, Doutora em Letras e aposentada pela FURB < anamariak663@gmail.com >

A polêmica reforma do ensino médio, tão necessária e urgente quanto uma reformulação do fundamental, inclui, entre outras coisas, a presença de docentes com “notório saber” em salas de aula do ensino técnico e profissional. Fico a me perguntar quem avaliará esses profissionais, e como eles vão ministrar cursos, sem um preparo didático adequado e sem experiência em sala de aula.

Parto do meu próprio sofrimento ao pisar na sala do quinto semestre do curso de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense, recém-formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com três anos de experiência como repórter, a convite do paraninfo da minha turma. Nunca havia dado uma única aula. Enfrentei uma turma de pouco mais de meia-dúzia de pessoas, desencantadas com seu curso, em plena ditadura militar. Tive muita sorte porque eles foram compreensivos e pacientes, e foi com esta e as turmas subsequentes que aprendi a transmitir conhecimento, interessar os alunos e motivá-los.

Cerca de vinte anos depois, eis-me na FURB, à frente do recém-criado curso de Publicidade e Propaganda. Precisávamos de professores com curso de Mestrado, pelo menos, e prática na profissão. Onde encontrá-los? Havia profissionais com “notório saber”, em Blumenau e em outras cidades do Estado, mas, por falta de didática, eram um desastre em sala de aula, provocando a revolta dos alunos, que pagavam caro, em tempo e dinheiro, por algo que não estavam recebendo. A urgência de colocar esses profissionais diante das turmas impedia que fossem avaliados com o rigor necessário; alguns desistiam após o primeiro contato com os alunos, reconhecendo que não tinham condições de passar a eles a sua experiência.

Imagino que, no país do improviso, essa situação se repetirá se a reforma do ensino médio se concretizar do jeito que está sendo proposta. Nada contra o notório saber, ainda mais em disciplinas técnicas ou práticas, mas que os profissionais que as ministrarem sejam habilitados também a transmitirem seus conhecimentos de forma compreensível e atraente.

Outra coisa que chama minha atenção é a questão das disciplinas a serem oferecidas, nos 40% não obrigatórios do currículo. Nesse caso, percebo uma volta ao passado; cursei o ensino médio num colégio particular, no Rio de Janeiro, mantido pela igreja metodista, mas sem nenhum viés religioso. Como não tenho aptidão para matemática, fui matriculada no curso “Colegial Experimental”, cujo currículo era inovador. Incluía Português, Inglês, Francês, História, Geografia, Psicologia, Educação Física, Educação Religiosa (na verdade, História das Religiões), Economia,

Filosofia, Psicologia, Apreciação da Arte e Biologia, distribuídas ao longo do curso.

Devido à situação política – o primeiro ano do curso coincidiu com o golpe de 1964 e o início da ditadura militar – professores foram presos no ano seguinte, acusados de “subversivos”, e apesar da luta dos pais dos alunos, não puderam continuar lecionando naquela instituição. Isso acabou prejudicando todo o projeto, alterando a metodologia do ensino e sua eficácia. Muitos alunos deixaram a instituição, e a reitora, descobriu-se depois, acusara os professores por inveja do seu sucesso, sendo demitida. Mas o estrago, na vida de muitas pessoas, já estava feito.

Mesmo assim, as disciplinas ministradas naquele primeiro ano foram fundamentais para tornar minha visão de mundo mais crítica e objetiva, ampliar o raciocínio lógico, melhorar a capacidade de discussão, respeitando a opinião alheia. Por essas e outras, vejo com muita desconfiança a reforma proposta atualmente, de modo tão atabalhado, sem a participação da sociedade, dos professores e dos jovens – e sem a percepção de que 24,3% dos matriculados no ensino fundamental nem chegam a concluir essa etapa.

Segundo a socióloga e educadora Maria Alice Setúbal, presidente dos conselhos do Cenpec (Centro de Educação, Cultura e Ação Comunitária) e da Fundação Tide Setubal, em seu artigo “O Futuro da Educação Pública no Brasil” (<https://educacao.uol.com.br/colunas/maria-alice-setubal/2016/12/20/o-futuro-da-educacao-publica-no-brasil.htm>), “É preciso lembrar que o sistema público de ensino atende cerca de oito em cada dez matrículas da educação básica e envolve mais de um milhão e meio de docentes. São essas redes de ensino que carecem de melhoria na infraestrutura, políticas de valorização docente, que inclui salários adequados, planos de carreira e forte investimento na formação inicial e continuada dos professores.”

A atual proposta de reforma carece de tudo isso, pois está sendo implementada sem debate nem adesão dos educadores e dos diferentes setores da sociedade. Pretende-se manter os alunos na escola em dois turnos muito mais para evitar que saiam às ruas e entrem em contato com marginais, do que para ampliar seus conhecimentos.

Uma reforma é urgente e necessária, abrangendo todo o sistema, desde o ensino fundamental – que necessita de escolas modernas e bem equipadas, professores preparados e bem pagos - até o médio e o superior, cada um com seus problemas específicos. No entanto, por melhores que sejam as intenções dos políticos, sem a participação da sociedade e de especialistas em educação e gestão, a proposta atual será mais um fracasso.



FOME DE LEITURA

Artistas voluntários finalizaram em fevereiro a arte das geladeiras doadas para o projeto Geladeiroteca, do DCE da FURB
FOTO: MAGALI MOSER

Projeto do DCE da FURB transforma geladeiras que seriam entregues à sucata em biblioteca e recebe quatro novos aparelhos, personalizados por artistas locais. Estes equipamentos se somam aos outros cinco espalhados pelos campi 1, 2 e 3 para disseminar cultura e conhecimento por meio dos livros

POR MAGALI MOSER

Jornalista <magali.moser@gmail.com>

Na curva da Rua República Argentina, na altura do Anel-Viário norte, na Ponta Aguda, em Blumenau, um ateliê a céu aberto enche o caminho de cores e levezas.

Entre o vai e vêm dos carros, é possível observar algumas das obras do artista plástico Telomar Florêncio, que em outubro completa 60 anos de vida. O artista é reconhecido pelos traços em referência a elementos marítimos, mas também pelo despojamento e simplicidade. Aveso a aparições públicas, não gosta de holofotes, foge das lentes fotográficas e recusa-se a dar entrevistas, o que confere a Telo, como é conhecido entre seus admiradores, ainda mais autenticidade no meio artístico. Telomar foi um dos três primeiros artistas voluntários a aderir ao projeto Geladeiroteca, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da FURB. A campanha iniciada em 2012 com o slogan “Não deixe a cultura na geladeira” ganha reforço este ano com quatro novas geladeiras customizadas artisticamente para se transformarem em estantes de livros.

Ao todo, serão nove geladeirotecas encarregadas do estímulo à leitura na FURB. O projeto consiste na ideia de disponibilizar uma geladeira antiga destinada ao ferro-velho. Em vez de se tornar sucata, o aparelho é customizado por artistas voluntários e alimentado com livros recebidos por doação. Qualquer pessoa pode retirar, trocar e doar livros sem que haja a necessidade de um cadastro formal, como em qualquer biblioteca. O usuário utiliza os livros sem a necessidade de cadastro ou pagamento de quaisquer taxas e ao fim da leitura devolve as obras à geladeira, sem atender a um prazo de devolução. O leitor pode levar o volume para ler em casa, se quiser, com a única ressalva de que o livro não fique parado. Após a leitura, basta devolvê-lo a uma das Geladeirotecas ou passá-lo adiante. Não há controle sobre a circulação dos livros do projeto.

O desempenho do projeto, considerado uma das principais iniciativas culturais do DCE, despertou o interesse do legislativo municipal. O vereador Bruno Cunha (PSB) falou com entusiasmo sobre o projeto na tribuna em fevereiro. Citou-o como “uma demonstração de como a sociedade civil pode nos ensinar.”

“Entramos com uma indicação à Fundação Cultural e à Secretaria de Educação, para que estendam esse projeto aos locais públicos da nossa cidade, como escolas, terminais de ônibus e praças, com o objetivo de impactar e incentivar o maior número de pessoas possíveis a desenvolver o hábito da leitura”, comentou.

A possibilidade de levar o projeto para outros espaços públicos é acolhida com entusiasmo por quem pensou na viabilização da ideia. Alan Filagrama, diretor de Cultura do DCE na gestão 2012/2013 e um dos idealizadores do projeto, conta que a ideia desde o início era de que não ficasse apenas restrito aos muros da universidade.

“Essa ideia teve origem em um projeto semelhante adotado numa cidade no estado de São Paulo. Havia uma praça lá com alto índice de consumo de drogas e a geladeiroteca transformou o espaço. A gente copiou essa ideia de outro lugar e deu certo. Ideias simples que já são colocadas em prática devem ser reproduzidas. O resultado é gratificante”, comemora.

O presidente do DCE, Jan Ricardo Rycerz, faz uma avaliação positiva da iniciativa. “O pessoal gosta, se interessa, chama a atenção”. Mas ele reconhece limitações do projeto: Algumas pessoas pegam os livros e esquecem de devolver. “Por isso, tivemos algumas geladeiras esvaziadas por causa disso. A gente acredita que isso acontecia por falta de informação”, defende.

O projeto existe desde abril de 2012, quando começou com três geladeiras e doações da Fundação Catarinense de Cultura, Editora Hemisfério Sul e Editora da FURB, além de doações de professores e alunos livros comprados pelo DCE. A arte das primeiras foram feitas pelos artistas Telomar Florêncio, Fernando Pauler e Clóvis Tru-

“

Essa ideia teve origem em um projeto semelhante adotado numa cidade no estado de São Paulo. Havia uma praça lá com alto índice de consumo de drogas e a geladeiroteca transformou o espaço.

ppel. As novas serão estilizadas pelos artistas: Fernando Alex, João Batista Rodrigues, Edemilson Alexandre Pinto, Walter Jr. e Mailson Rodrigues.

Se o objetivo de Telomar, um dos primeiros artistas a aderir ao projeto, é de que a arte vá ao encontro das pessoas, nos espaços públicos, o pintor que expõe suas obras ao lado da rua tem agora um aliado a mais para divulgar suas telas. Se os livros não atraírem os usuários das geladeiras, a arte pintada do lado de fora dos aparelhos pode ser um atrativo para aproximação de futuros leitores.

Serviço:

Para ampliar o acervo disponível nas geladeiras instaladas nos campi da FURB, o DCE promove dia 8 de março no Campus 1 em frente à biblioteca central uma feira de livro. O projeto Geladeiroteca precisa de doações de geladeiras, livros, revistas e gibis. Contatos pelo fone: 3321 0267 ou levar diretamente no DCE, bloco L do campus 1 da FURB.



É ao som de música clássica que o artista plástico Telomar Florêncio costuma se inspirar durante seu processo criativo, no ateliê-garagem, em Blumenau (fevereiro de 2017)
FOTO: LUIZ ANTONELLO

UM ARTISTA QUE SURPREENDE PELA CAPACIDADE DE SENSIBILIZAR

“Um dia seremos apenas um retrato na estante de alguém. Depois, nem isso.” A frase frequentemente citada por Telomar Florêncio também aparece num dos cartões de visita personalizados por ele. Não é esta a única característica que faz de Telo um artista peculiar. A qualquer horário do dia, a trilha sonora da sua garagem transformada em ateliê é música clássica. No antigo aparelho da *Garrand*, só roda vinil das obras-primas do gênero. Descrito costumeiramente como uma “figura excêntrica”, costuma ser visto frequentemente com marcas de tinta das telas na roupa e descrito como alguém “avesso a vernissages”.

As relações de Telomar com a FURB não se restringem à Geladeiroteca (foto). Ele ilustrou a capa da agenda do SINSEPE 2016. Também assinou o cenário do Cidadania em Debate, o programa do SINSEPE na FURB TV. É de autoria dele a capa do primeiro livro publicado pela Edifurb, em 1975, com a parceria do escritor Oldemar Olsen Júnior. O coordenador da Editora da FURB (Edifurb), Maicon Tenfen explica que àquele momento a Edifurb não existia como instituição: “Mas esse livro é considerado o primeiro porque já havia o interesse de transformar a universidade numa agência publicadora, ou seja, havia já a intenção de se criar uma editora, que surgiu em 1986”.



Telomar Florêncio é autor das ilustrações que serviram de capa para alguns dos primeiros livros lançados pela Edifurb
FABRÍCIO BITTENCOURT

Telomar iniciou a carreira aos 13 anos na Gráfica 43 e depois migrou para agências de publicidade de Blumenau (Scriba, Direcional Propaganda e Metra). Em 1995, foi desligado da atividade e começou a pintar telas como autônomo, unindo paixão e sobrevivência. Guarda ainda no seu ateliê-garagem uma pasta com vários registros e recortes de propagandas e campanhas publicitárias desenvolvidas por ele no período das agências.

O artista recusa o título que já lhe foi conferido de “mestre do surrealismo catarinense”. Cita Juarez Machado como o principal nome artístico de Santa Catarina. Reúne uma coleção de livros de artistas plásticos, alguns reconhecidos internacionalmente, outros ainda desconhecidos do público em geral.

Telomar não teme deixar as obras expostas à beira da es-



FOTO: MAGALI MOSER

trada. Não considera a postura uma desvalorização de seu trabalho. Pelo contrário, vê na ideia uma forma de se aproximar do público. Ele conta que nunca teve um quadro roubado. No entanto, reúne histórias engraçadas de suas relações com a comunidade. Numa das promoções que costuma fazer de seus quadros, expôs um cartaz em que anunciou a venda de cada tela por R\$ 199,00. Foi no período em que houve uma explosão de lojas de R\$ 1,99 na cidade. Um morador de Blumenau, ao ver a promoção, levou um quadro e deixou um bilhete, junto com ele a quantia de R\$ 2,00: “Você não estava, levei um quadro”!

“Se ele morasse na França, estaria milionário”, comenta o aposentado Flávio Antônio Tefili, 70 anos, amigo de Telomar por mais de 30 anos e companheiro com quem costuma dividir a cuia de chimarrão nas conversas matinais. Neste período ele reuniu mais de 15 quadros do artista, alguns, garante: “inéditos”.

A RUA TAMBÉM É NOSSA!

“Ficar nua todo mundo fica desde que nasce. O problema é a repressão que colocam sobre nós, (...) a dificuldade que é ser mulher!”¹

POR JOSIELE BENÉ LAHORGUE E TATIANA MINCHONI

Doutorandas em Psicologia na UFSC <psicojosi@gmail.com> <minchoni.tatiana@gmail.com>

O convite era para passarmos a noite em uma praça pública, junto a outras mulheres. Tinha a ver com um projeto para o Mestrado em Artes Cênicas, cujos detalhes saberíamos mais adiante. O convite foi aceito prontamente. Eis a proposta: em uma noite de sábado, deveríamos nos encaminhar para uma determinada praça às 23 horas, preferencialmente de pijama. Ainda que nunca tivéssemos nos visto, nos reconhecemos e agrupamos à espera da ação. A convite de duas mulheres, fomos até o outro lado da praça, onde encontramos outras duas que nos receberam entregando folhas com perguntas. Vestiam roupas claras, camisolas. Os cartazes que carregavam, acolhiam e provocavam reflexões. Sentada na grama, respondi o questionário que nos foi entregue. O mesmo nos fazia descrever os percursos e a forma como nos relacionamos com a cidade. Ao entregar minhas respostas, fui convidada a enterrar, junto às demais, aquelas histórias. Como tantos corpos femininos, sou marcada por experiências abusivas na relação com a cidade, e por um momento, justamente aquele, sentia que enterrava o medo da urbe. Dançamos, conversamos, contamos histórias, pintamos nossas unhas, tomamos vinho. Ignorei o mundo ao redor. Estava tão entretida na vivência que não me incomodei com os olhares e ruídos que vinham de quem passava ou aproveitava a praça de forma diferente da nossa. Por fim, estendemos lençóis, deitamos e nos permitimos dormir. À vontade e com a segurança de estar coletivamente entre mulheres, dormi completamente, subvertendo o medo da cidade.²

Falar da mulher na cidade é sempre um desafio, ainda mais considerando a escrita desse texto a quatro mãos e as muitas experiências vividas em nossos corpos femininos. Neste texto, propomos o enfrentamento desse desafio, apresentando reflexões a partir de nosso lugar de fala: **MULHERES que, tendo um corpo feminino como morada da existência, somos interpeladas por olhares masculinos, os quais muitas vezes nos desnudam, causando desconforto.**

Você já se imaginou dormindo com suas amigas em uma praça de sua cidade? Ou já viu algo parecido acontecendo na localidade onde mora? Considerando que uma cidade é composta por uma produção social que institui a vivência individual, privada, dentro de seus carros, de suas casas; e considerando que esta vivência não nos possibilita experimentar coletivamente, pode-se afirmar que dificilmente essa cena pode ser imaginada ou até mesmo testemunhada por nós, mulheres, em qualquer cidade pela qual passamos ou precisamos passar. Assim, a vivência relatada acima propunha algo que as mulheres são diariamente desencorajadas a fazer: **estar na cidade sem medo.** Tal ação causou estranhamento aos que circulavam pelo local na ocasião, mas não estavam participando da vivência. Ao mesmo tempo, a experiência propiciou que mulheres ocupassem o espaço público de maneira contrária àquela que lhes é imposta cotidianamente.

As cidades são pensadas, desde o início do século XIX, a partir de modelos higienistas, com seus espaços setorizados e uma arquitetura que possibilita a melhor circulação e produção de mercadorias. Assim, a diminuição dos espaços comunitários ins-

taura uma cidade racionalizada e produtora de formas homogêneas de vivências urbanas. Desta configuração emerge um modelo de circulação do corpo feminino na cidade, o qual se baseia na perspectiva de que este mesmo corpo é uma instituição que não pertence à mulher, mas a um outro. Outro este que impõe seu olhar, sua voz, sobre o corpo feminino, impedindo-o de circular livremente.

À medida que a urbanização nos imputa uma cidade homogênea, nós, mulheres, frequentemente somos conduzidas a nos adaptar aos olhares masculinos, ao medo de caminhar sozinha por locais desconhecidos, ao risco de voltar sozinha de uma balada ou da pista de skate. Somos proibidas de circular sós, tampouco sair de casa com roupas “não adequadas”, sob o risco – ou a pena? – de sofrer assédio. E, quando este se consuma, a culpa geralmente é nossa: *Por que estava andando aquela hora da noite sozinha? Com uma roupa daquelas, tava pedindo mesmo né?* Assim é a cidade racionalizada, imposta a nós mulheres, que diz o que devemos vestir ou como devemos nos portar perante os olhos dos outros.

Nosso lugar não é no tanque ou no fogão, como nossas avós foram educadas, assim como nossa circulação pela cidade não deve ser restrita ao trajeto **casa – escola das filhas – trabalho – escola das filhas – casa e suas possíveis variações.** Nossa vivência com a cidade não deve ser medida pelo olhar de um outro que nos institui como objeto de seus desejos. Nossa vivência com a cidade é mediada por diversos outros que nos subjetivam, mas o processo de significação da cidade é singular: atribuímos sentidos para os espaços e para nós mesmas enquanto parte deles.

Deste modo, uma cidade nunca será a mesma para aquelas que a habitam. Ela se compõe por esta polifonia de discursos, vozes, olhares, sentidos. Assim, ocupar as praças para dormir com outras mulheres, manifestar-se dizendo sim à legalização do aborto, ocupar as ruas exigindo que respeitem nossos corpos (Meu corpo, Minhas regras) são formas de resistir à homogeneização da cidade, tornando-a não somente espaço de trânsito, mas ressignificando-a enquanto espaço de vivências e experiências. Existirmos nas ruas, enquanto mulheres, sem sucumbir ao que nos é imposto significa compor uma cidade que nos possibilite nos constituirmos mulheres ao mesmo tempo que constituímos a cidade que sonhamos: uma cidade que tenha seus espaços públicos compartilhados e (re)criados a partir de nossas existências.

¹Trecho do vídeo “Mulher-Multidão”, elaborado pela Mídia Ninja em outubro de 2015, que apresenta a manifestação ocorrida no Rio de Janeiro, das mulheres contra Cunha e seu projeto de lei 5069 que tem o objetivo de criminalizar o aborto no Brasil. Fonte: <https://www.facebook.com/midiaNINJA/videos/vb.1641882470726/62/561339077357575/?type=2&theater>

²Relato de participação na ação “A cidade dos meus sonhos” criada como parte da pesquisa de mestrado do Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas da ECA – USP. O vídeo da ação pode ser acessado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=yEf3690dNQE&feature=youtu.be>

O GOLPE CONTRA A HISTÓRIA!

O componente curricular História se fará presente na área de Ciências Humanas, mas de que forma? Até o momento ainda não temos respostas

POR CINTIA RÉGIA RODRIGUES

Professora do Departamento de História e Geografia, Coordenadora do Curso de História da FURB e integrante do Ladih - Laboratório de Didática da História <regia_rs@hotmail.com>

Debruço-me a escrever sobre a Reforma do Ensino Médio no Brasil, a partir da perspectiva do componente curricular História, em meio ainda a perplexidade que a Medida Provisória n. 746/2016, aprovada no Congresso Nacional, no Senado Federal e já veementemente sancionada pelo governo federal neste último mês de fevereiro causou, principalmente aos historiadores, estudantes de História e a sociedade em geral.

Em meio às graves fissuras que a democracia brasileira vem sofrendo nos últimos tempos, e a série de medidas que foram elaboradas e colocadas em prática pelo atual governo, em especial, a Emenda Constitucional 55 que prevê um teto de gastos para os investimentos públicos, a educação brasileira é atingida frontalmente. É notório assumirmos que existe uma série de demandas que precisam ser analisadas e trazidas à baila, principalmente no que tange aos novos rumos que a Reforma do Ensino Médio está a causar na educação brasileira, desde problemas infraestruturais, de capital docente e, principalmente, na formação dos estudantes, dentre outros.

O objetivo desse breve ensaio é refletir de uma forma mais ampla, num contexto global, sobre o significado da concretização da Medida Provisória, e, elaborar algumas ponderações ressaltando a importância e o papel do componente curricular História no Ensino Médio no Brasil.

Segundo a filósofa, professora da Universidade de Chicago, Martha Nussbaum “*Obcecados pelo PNB¹, os países*

– e seus sistemas de educação – estão descartando, de forma imprudente, competências indispensáveis para manter viva a democracia²”, em seu estudo “Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades”, a autora realiza uma pesquisa sobre as políticas públicas e educacionais nos Estados Unidos e analisa dados sobre a Índia, Alemanha, Suécia e Inglaterra. Dentre as várias questões analisadas pela autora, uma que nos é cara neste momento, é a importante análise que ela traz sobre qual seria uma das competências primordiais para salvaguardar a democracia - o estudo da História! A obra lança um alerta acerca da importância da disciplina de História para a formação de “cidadãos do mundo”: “*peças que percebem que seu país faz parte de um mundo complexo e interligado e que mantém relações econômicas, políticas e culturais com outros povos e nações³*”.

Neste contexto, a Reforma do Ensino Médio, aprovada, de forma unilateral, sem uma ampla consulta aos profissionais ligados à área da educação, e ainda levantando inúmeras dúvidas quanto ao seu conteúdo e possível prática, o que sabemos até o momento é que o texto aprovado prevê o aumento gradativo da carga horária, das atuais 800 horas anuais, para 1.400 horas, sendo que o conteúdo do Ensino Médio será dividido em duas partes: as disciplinas obrigatórias que serão apenas Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa, nos 60 por cento do currículo, este determinado pela BNCC⁴ (Base Nacional Comum Curricular), e os demais 40 por cento “*com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional⁵*”. Lê-se, portanto, que o componente curricular História se fará presente na área de Ciências Humanas, mas de que forma? Até o momento ainda não temos respostas.

Conforme era previsto na LDB⁶ (Lei de diretrizes e bases) está em curso a elaboração na BNCC, que na sua primeira versão contou com uma participação pela inter-

“

Em meio às várias incertezas que pairam, passamos a destacar as certezas que temos sobre a relevância e as contribuições do componente curricular História na formação escolar e na construção da cidadania no país



“

Pode-se dizer que a história, quando ensinada, também auxilia os indivíduos a pensar historicamente e, que estes se reconhecem como sujeitos ativos na construção da história. Significa ser ator e analista da vida que o rodeia, conhecendo suas alternativas e desafios de ação na história. O ensino de história tem um papel central na formação da consciência histórica nos homens



PIXABAY

net de cidadãos e de docentes e foi construída junto ao MEC por profissionais que foram recomendados e convidados pelo Ministério da Educação. Já, a segunda versão da BNCC foi uma reformulação da primeira, sendo que não avançou em vários aspectos que foram questionados, principalmente no que se refere à área de História⁷. Agora estamos no aguardo da versão definitiva da BNCC, lembrando que os 60 por cento do currículo a partir da Reforma do Ensino Médio será determinado pela BNCC, e o componente curricular História está presente em tal documento tanto no que diz respeito ao ensino fundamental quanto médio. Pode-se ler que a História será obrigatória pela Base. Será que estamos diante de uma contradição? Sim!

Em meio às várias incertezas que pairam, passamos a destacar as certezas que temos sobre a relevância e as contribuições do componente curricular História na formação escolar e na construção da cidadania no país. A História enquanto disciplina escolar faz parte do currículo do ensino no Brasil desde o século XIX⁸, sua trajetória está entrelaçada as abordagens historiográficas e na prática do ensino de história nos diferentes contextos políticos e sociais da história brasileira. Ocorreram transformações na disciplina ao longo do tempo, segundo Bittencourt⁹, isso acontece quando sua finalidade passa por alterações, que, por sua vez, variam de acordo com as demandas e vicissitudes da sociedade. Na história do Brasil, no período da Ditadura Militar a disciplina de história foi retirada do currículo escolar, sendo instituída a disciplina de Estudos Sociais¹⁰.

Pode-se dizer que a História, quando ensinada, também auxilia os indivíduos a pensar historicamente e, que estes se reconhecem como sujeitos ativos na construção da história. Significa ser ator e analista da vida que o rodeia, conhecendo suas alternativas e desafios de ação na história. O ensino de história tem um papel central na formação da consciência histórica nos homens. Por fim, a Reforma do Ensino Médio tira a obrigatoriedade do

componente curricular História limitando as possibilidades de os cidadãos em formação terem uma visão crítica do passado e do presente estimulados pelas construções do conhecimento histórico. Marc Ferro¹¹, muito atento, salienta, que a história tecida por uma dada sociedade acerca dela mesma e de seus pares tem sólida relação com a história ensinada na sala de aula.

Referências:

- 1 Produto Nacional Bruto
- 2 NUSSBAUM, Martha C. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2015. P. 4.
- 3 Ibidem, p.91
- 4 <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> (acesso em 20 de fevereiro de 2016).
- 5 <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992> (acesso em 20 de fevereiro de 2016).
- 6 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm (acesso em 20 de fevereiro de 2016).
- 7 Ver o interessante relato da professora Dra. Marcella Guimarães em *Sobre a mesa redonda no MEC, em 13 de julho de 2016* no blog: <https://literistorias.blogspot.com/search?q=bncc> (acesso 10 de fevereiro de 2017). Ainda sugiro a leitura de vários documentos elaborados pelas seções regionais da ANPUH, que desenvolveram importantes debates sobre a BNCC e o ensino de História, destaco a Anpuh/RJ e a Anpuh/RS, dentre outras.
- 8 Sugiro a leitura de FONSECA, Thais Nívia de Lima. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autentica, 2011.
- 9 BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2005.
- 10 Ver ABUD, K. M. (Org.); SCHMIDT, M. A. (Org.). *50 Anos da Ditadura Militar: Capítulos sobre o Ensino de História no Brasil*. Curitiba: W & A Editores, 2014.
- 11 FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRSA, 1983.

MULHERES: SEUS CORPOS, SUAS REGRAS E SEUS PENSAMENTOS

Deixar de ser representada, dita por um homem, foi e é um processo histórico que tem, como um dos pontos desencadeantes, o deslocamento da mulher ao campo de trabalho, ou seja, o exercício da vida pública

POR CARLA CUMIOTTO

Professora do Departamento de Psicologia da FURB <carlacumiotto@yahoo.com.br>

A bisavó não sei...
A avó só via o seu corpo com a luz apagada.
A mãe espiou o corpo e soltou alguns ruídos.
A filha diz: está saindo gotas de sangue do meu corpo.
A mãe da filha responde:

Esconde!

A filha da filha diz: mãe, quando sair sangue vai doer?

O que as netas, que estão por vir, dirão?

... Silêncio e escuro.

Ou poderá ser um jogo de sombra, onde as mulheres aparecem e desaparecem, se dando a ver, a ouvir, a falar e a pensar?

Madame Bovary, de Gustave Flaubert e Anna Karenina, de Tolstói, são consideradas, pela literatura, as primeiras mulheres que se perguntaram sobre o que é uma mulher: O que ela deseja? Anunciando que a realização do casamento e da maternidade, enquanto movimento histórico das mulheres oitocentistas representavam, com essa pergunta, um “espiar pela janela” o mundo lá fora. Uma curiosidade com o exercício do espaço público.

Essa “espiada pela janela”, como um pensar distraído, próprio do feminino, foi movida pelos ensaios eróticos, relacionamentos extra-conjugais, destas mulheres ícones da literatura. Ainda como todo ensaio, uma composição, entre erotismo e amor romântico (feitiço que segue até hoje). Esse ensaio, mais que um descanso à vida privada (casamento e criação de filhos e filhas), demanda destas mulheres, o pedido de que alguém pudesse ajudá-la a responder, a contornar, a condição de mulher, agora ousada a ser questionada. Uma mulher “respondida”, contornada a partir do olhar de um homem.

Como um homem sente, pensa, representa uma mulher ainda é na produção discursiva tomado como “ela é...”.

Deixar de ser representada, dita por um homem, foi e é um processo histórico que tem, como um dos pontos desencadeantes, o deslocamento da mulher ao campo de trabalho, ou seja, o exercício da vida pública. Mais do que o trabalho em si, a produção de renda própria, a liberdade financeira trouxe diferença nas montagens, nas conjugalidades e nas composições familiares.

Além da liberdade financeira, o olhar da própria mulher, para si e entre as outras, entre membros da família e seu marido, altera a visibilidade e o valor desta mulher ao sair da cena doméstica (casa, filho, esposo).

Ela é vista na rua e vê a rua.

Já não é mais a janela, mas a ocupação da rua.

Desfila seu corpo no ambiente de trabalho, desperta olhares de sedução nos homens e/ou mulheres. Ainda que rivalidade e/ou solidariedade foi e é uma das cenas que revelam o quanto o corpo feminino é objeto de fantasia (e não há nenhum problema nisso), afinal, o corpo feminino é cheio de curvas e habita nele uma sensualidade, também histórica.

A questão é a suposição que reside em todos nós: “ele é território público”. Um corpo à deriva; à disposição de um outro que pode mexer “com palavras”, com aproximação de corpos, sem consentimento.

O corpo é um dos palcos feminino! Um corpo que menstrua, engravida, transa, desfila, e tem memórias de um corpo infantil, à deriva de um outro. Não necessariamente no corpo de uma prostituta, mas na representação discursiva, que lutamos tanto para nos separar. Ver ela sorrir na festa do trabalho, usar um decote ou um lenço como enfeite – há uma oferta.

Se ela tiver mais de uma experiência sexual durante a vida “ela é...” puta. Não! Ela apenas está ensaiando, no seu palco, ocupando seu território: seu corpo.

Que ele, o corpo, desperta desejos, ela sabe. O que elas estão aprendendo, também, é que podem escolher. Estabelecendo assim um intervalo, uma hiância, entre o desejo do outro e o seu próprio desejo.

Como quem aprendeu “a se encarregar do desejo do Outro” – das mulheres que antecederam, dos homens, dos filhos, filhas, e agora, estão reconhecendo o seu Desejo, como ainda um ruído, que se transforma em voz, letra e pensamento, com uma autoria ainda firmando assinatura.

A assinatura do nome próprio não se dá sem a experiência de estranhamento consigo mesma, e sem a experiência da solidão. Uma solidão, que segundo as autoras femininas, Virgínia Woolf e Clarice Lispector: uma solidão acompanhada. Ou seja, a experiência de se incluir, a si mesma, como companhia.

Incluir-se como companheira de si mesma, e ter a coragem histórica de não se reconhecer mais, apenas com os ditos masculinos sobre si, e com as transmissões da bisavó, avó e mãe, mas topar os testemunhos delas: as Clarice’s, Fridas’ e Jout Jout’s.

Assim, um dia, num café, na rua: apostar que gotas de sangue possam ser recebidas como um “desfile de mulher”, onde o silêncio e a dor, não sejam os únicos rastros deste desfile.



PIXABAY



TRIUNVIRATO

NECESSIDADE DE MUDANÇAS, PORÉM O RUMO É INCERTO

O neoliberalismo, ao intensificar a lógica peculiar do capitalismo de concentrar riqueza, tem persistentemente ampliado a desigualdade, tanto entre os cidadãos no interior de cada sociedade quanto entre as próprias sociedades. Um estudo¹ conduzido pela *Oxfam* (ONG britânica), com base nos dados publicados pelo Instituto de Pesquisa do Banco *Crédit Suisse*², divulgado em janeiro, durante o Fórum Econômico Social 2017, confirma o severo estrangulamento da função dos consumidores na economia capitalista de mercado. É-lhes cada vez mais difícil realizarem (comprarem) as mercadorias (bens e serviços) que viabilizam o lucro e todo o processo de reprodução do sistema. Constam no relatório os nomes de tão somente oito homens, com suas respectivas fortunas pessoais, equivalentes ao que a metade mais pobre da humanidade dispõe para sobreviver. Neste contraditório processo de dimensões mundiais, as pessoas vão-se empobrecendo relativamente, endividam-se, são remetidas à precariedade, à incerteza quanto a quaisquer de seus laços sociais, à insegurança e ao medo generalizado. Por sua vez, os Estados e as empresas igualmente se endividam através de empréstimos, não raro internacionais. Fatores internos e externos a estas instituições frequentemente provocam inadimplência. Segue-se a consolidação das dívidas públicas e privadas sob responsabilidade dos Estados que, por outro lado, são descapitalizados por meio das privatizações (em muitos casos estrangeirizações) dos seus ativos e/ou saques dos tesouros nacionais para constituir fundos destinados a salvar da bancarrota bancos e complexos industriais. O esforço fiscal a qualquer custo recai sobre os que carecem de poder para se protegerem, tanto da cobrança desigual dos tributos quanto da deterioração/ausência de serviços públicos essenciais, provocada pela drenagem das receitas, cujo destino é pagar dívidas insufladas por altos juros. Acrescente-se o desaparecimento dos recursos jurídicos e humanos com os quais os Estados poderiam conceber e implementar políticas alternativas. Assim, afastados das bases sociais, carentes da dinâmica política das comunidades, as quais lhes mobilizavam poder, os Estados resultam incapazes de formular propostas e oferecer saídas à crise. O poder escorrega para o subsistema financeiro que impõe, junto com setores aliados, lógicas e objetivos contrários ao interesse público. Disto resultam perdas de direitos sociais, até mesmo de direitos políticos e civis, num gradiente que pode chegar às guerras, situações em que as próprias vidas entram em risco e são perdidas.

Submetidos a tão duras, deprimentes e duradouras condições, as comunidades passam a criticar o que experimentam e se dispõem a percorrer caminhos incertos, por vezes não democráticos. Conforme Bauman e Bordoni³, se a crise de 1929, seguida da depressão dos anos 1930, foi resolvida com a coordenação dos Estados e a expansão dos gastos públicos, gerando empregos e a retomada do desenvolvimento industrial, agora a natureza da crise é financeira, com a riqueza extremamente concentrada e desequilíbrios políticos que ameaçam as democracias. Os Estados não dispõem nem de capacidade diretiva, tampouco dos recursos para a reversão do ciclo econômico. Da mesma forma, o modelo neoliberal dá sinais de desgaste e perda de credibilidade. Depois de repetidas receitas tipo mais do mesmo para a sucessão de crises por ele provocadas, cujos resultados foram o aprofundamento das desigualdades e a generalização da insegurança, as sociedades estão cansadas e propensas a arriscar. Isto coloca a questão de quais substantivas mudanças políticas são precisas para que as sociedades encontrem soluções às suas mazelas, e possam construir as condições que as viabilizem. A questão do modelo de sociedade ganha centralidade no debate político contemporâneo. A não haver ou a ser frustrado este debate, o ódio e a corrida aos armamentos ameaçam ganhar protagonismo.

Por ora, acompanhamos o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald John Trump, iniciado em 20 de janeiro de 2017, que em poucos dias impressionou o mundo com suas controversas políticas ultranacionalistas. Elas desencadearam em escala planetária, por um lado, apreensão quanto ao porvir e forte oposição, mas, por outro, também suscitaram apoio e estimularam, para além de suas fronteiras, forças políticas afinadas com seu ideário. As primeiras ordens executivas do novo presidente soaram o alarme, despertando aqueles que acreditavam ser o seu discurso meramente retórico, eleitoral, a ser logo abandonado, diante das responsabilidades do cargo. A seguir, apontamos proposições grosseiras, fruto de um raciocínio simples, porém de larga repercussão.

No plano interno, sob o argumento da proteção dos empregos e da economia estadunidenses, temas sensíveis aos desempregados e demais atingidos pela crescente desigualdade social, Trump assinou ordem executiva para a elaboração do projeto de construção dos 2/3 que faltam para a conclusão do muro que visa bloquear a fronteira Estados Unidos-México. A ideia de fa-

zer os mexicanos pagá-lo por meio da imposição de tarifas adicionais sobre os produtos importados daquele país, dentre os quais muitos alimentos, significa que, afinal, será o consumidor estadunidense – que ele diz querer proteger – a arcar com tão elevados custos. Em outra ordem, alegando razões de segurança nacional, proibiu por 90 dias a entrada no País de todos os cidadãos de sete países de maioria muçulmana – no caso dos sírios, por tempo indeterminado –, extensiva inclusive aos detentores de cidadania estadunidense. Diante da anulação judicial da medida, antes criticada pelas Nações Unidas, de forma desafiadora, anunciou a emissão de nova ordem executiva de semelhante conteúdo.

Em outra frente, após os insultos disparados contra diversos setores da sociedade durante a campanha eleitoral, já como presidente, aconselhou as mulheres a vestirem-se como mulheres, isto é, a usarem vestidos. Em resposta, muitas delas postaram nas redes sociais fotografias de seus trajes de trabalho, como operárias da construção civil, médicas cirurgiãs, militares, operadoras de máquinas, professoras etc., em contundente crítica ao anacronismo das posições do presidente.

Na política exterior, avisou os chineses que eles devem aceitar negociar novos termos de sua política monetária e comercial para favorecer o equilíbrio das trocas entre seus países, hoje muito favorável à China, pois do contrário deixaria de apoiar a fórmula de Pequim para a questão de Taiwan: um país, dois regimes; e ampliaria o projeto estratégico de cerco militar àquele país asiático. De referir que a China é o maior credor da maior dívida do mundo, a dos Estados Unidos. Aos aliados europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), temerosos das intenções russas sobre o continente, ameaçou esvaziar a entidade caso seus membros não cumpram com os compromissos financeiros definidos: 2% dos orçamentos nacionais para a Defesa, o que não vem sendo observado por países europeus, dentre os quais Alemanha, França e Itália. Ampliar as forças armadas para enfrentar a Rússia, com quem declarou pretender desenvolver parceria estratégica significa, outra vez, desarmonia de objetivos.

Este governo choca-se com grande parte do Establishment (componentes do sistema de poder – Partido Democrata, comunidade de informação, grandes investidores, grupos intelectuais, comunicação social, movimentos sociais) dos Estados Unidos. Mas, no essencial, segue as políticas já implementadas nos governos anteriores. Barack Obama, por exemplo, nos seus oito anos de governo, ordenou 3,2 milhões de deportações, sem que despertasse tanta celeuma à volta de tal medida. Quem mais ampliou os serviços de espionagem, em especial o controle sobre os cidadãos de todo o mundo, foi precisamente o democrata Obama. O poder geralmente esconde-se atrás dos que mostram a face.

¹ An economy for the 99%, disponível em: https://www.oxfam.org/en/research/economy-99;

Ver também o comunicado de imprensa em: https://www.oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2017-01-16/just-8-men-own-same-wealth-half-world; ambos consultado em 19/02/2017.

² Global Wealth Data Book 2016, disponível em: http://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=AD6F2B43-B17B-345EE20A1A254A3E24A5; consultado em 19/02/2017.

³ BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. Estado de crise. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 192 p.

A coluna **Triunvirato** conta com a participação de três colunistas: Os professores Leonardo Brandão, Karla Bento, e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira se revezam a cada edição. O novo espaço se compromete a ter um caráter democrático e plural. Pretende fortalecer o debate universitário.

“

O modelo neoliberal dá sinais de desgaste e perda de credibilidade. Depois de repetidas receitas tipo mais do mesmo para a sucessão de crises por ele provocadas, cujos resultados foram o aprofundamento das desigualdades e a generalização da insegurança, as sociedades estão cansadas e propensas a arriscar

CURTAS

EXPOSIÇÕES SELECIONADAS NA FURB

A Divisão de Cultura da FURB divulgou o resultado do processo seletivo para exposições temporárias durante todo o ano de 2017, no Salão Angelim (Biblioteca Central, Campus 1). Foram 19 inscrições no processo online, e destes, apenas seis terão a oportunidade de expor suas produções artísticas no Salão: Eugênia França, Jéssica Paiva, Kim Coimbra, Lorena Acin, Pakawon Martin, e Samara Duarte.

CINESESC TRAZ PROGRAMAÇÃO DE FILMES À FURB

O CineSESC apresenta os filmes "Serpico" (1970) no dia 8, "Nausicaã do Vale do Vento" (1984) no dia 15, "Lunchbox" (2013) no dia 22, e "O Congresso Futurista" (2013) no dia 29. As sessões ocorrem às 12h30 e 19h, no Espaço de cinema e Vídeo, na Biblioteca Central, Campus 1.

Em *Serpico* (foto), filme com duração de 130 minutos, na Nova York dos anos 70, Al Pacino é um policial jovem e idealista que, ao contrário de muitos de seus colegas, se nega a aceitar dinheiro oriundo da extorsão de criminosos locais. Com isso, ele passa a enfrentar a resistência de seus superiores em aceitar seus métodos pouco ortodoxos de combate ao crime e, mais, deixa clara a sua indignação diante da corrupção generalizada entre seus colegas da polícia, passando a colocar a própria vida em risco.

O longa de animação *Nausicaã do Vale do Vento*, de 116 minutos, conta a história da humanidade se esforçando em sobreviver em um mundo em ruínas, divididos em pequenas populações e impérios, mil anos após os "7 Dias de Fogo", um evento que destruiu a civilização humana e a maior parte do ecossistema da Terra. Isolados um dos outros pelo "Mar da Corrupção" e uma floresta tóxica com plantas e insetos gigantes, Nausicaã, é a princesa do pequeno reino do Vale do Vento, que tenta compreender melhor estas florestas nocivas

aos humanos, ao mesmo tempo que tenta salvar seu povo dos reinos vizinhos.

Em *Lunchbox*, filme com duração de 104 minutos, o Mumbai Dabbawallahs é um serviço de entrega de comida bastante

conhecido em Mumbai, na Índia. Um dia, um erro na entrega faz com que uma pacata dona de casa conheça um homem que está na fase final de sua vida. Juntos eles criam um mundo de fantasia a partir de mensagens trocadas através das embalagens usadas pelo Mumbai Dabbawallahs.

E em *O Congresso Futurista*, animação que mescla live action e animação, de 122 minutos, uma atriz em fim de carreira (Robin Wright) decide aceitar uma proposta ousada, mas muito bem paga, para ter melhores condições de cuidar de seu filho, portador de deficiência física. Segundo o acordo, ela deve colaborar com uma empresa que vai fazer uma versão digital de sua imagem, criando assim uma atriz virtual idêntica à ela mesma. Enquanto a empresa pode utilizar essa imagem virtual para os fins que desejar, a atriz real será proibida de atuar até o resto de sua vida. Aos poucos, ela começa a perceber as consequências catastróficas da atitude que tomou.

Para mais informações, com a Divisão de Cultura FURB, na sala L-107, no Campus I, ou pelo (47) 3321-0937 e 3321-0399. Acesse [facebook.com/CulturaFURB](https://www.facebook.com/CulturaFURB) para outras programações.



DUAS PEÇAS DE TEATRO ESTREIAM NA FURB NESTE MÊS

As peças "Auto da prece do Lixão" e "Jingobel" estreiam na FURB, neste mês. Sinos Cia de Teatro encena "Auto da prece do Lixão" no Galpão da Arquitetura, no dia 9 de março, com apresentação prevista também para os dias 10, 11 e 12. O espetáculo começa às 20h, e conta com ingressos gratuitos distribuídos 1 hora antes do evento. O espectador pode colaborar com a doação de 1kg de alimento não perecível, que será destinado a Casa Lar "São Simeão", de Blumenau. A classificação indicativa é de 16 anos, mais informações pelo (47) 9972-0366. O grupo K – Teatro estreia "Jingobel", de Claudio Simões, nos dias 18 e 19 de março, às 19h. As apresentações ocorrem na sala S-113, campus 1 da FURB. Os ingressos serão vendidos somente antecipadamente com o grupo no contato (47) 98872-5757.

Em "Auto da prece do Lixão", com duração de 60 minutos, um homem e uma mulher estão perdidos em um redemoinho, em meio às sobras da humanidade. Apanhados na armadilha que reconhecem como lixo, eles não recordam de onde vieram ou quem são... atendem pelos nomes inventados: "Não Lembro" e "Não Sei". Os dois empreendem então uma busca incessante pela alforria de uma condição sombria, suja e insensível. As buscas pela arte, pelo divino e pela empatia permeiam essa trama que questiona o fardo de uma existência despropositada. Quando aquilo que se categoriza como lixo e se descarta, não deixa de existir. O lado avesso se torna o certo, enquanto as pessoas lidas como lixo, desejam reemergir à qualidade de seres humanos. No dia 13 de março, também está marcada uma roda de conversa, às 19h, na sala S-113.

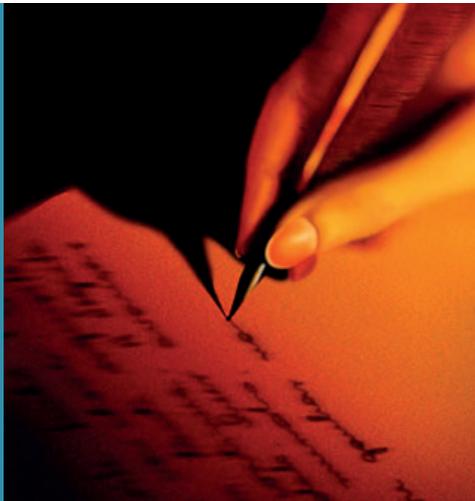
A Ficha Técnica conta com Chell Sant'Ana, na dramaturgia; Pepe Sedrez, na Direção e Iluminação; Fernanda Raupp, na atuação; Hugo Carvalho, na atuação e como Assistente de Direção; Fernando Lobo, na Ambientação Sonora; Pedro Gottardi, na Direção de Arte; SinoS Cia de Teatro, no Cenário e Figurino; Don Ewald, na Direção de Produção e Assessoria de Imprensa; Thiago Seifert, como Assistente de Produção e Designer Gráfico; e Mariana Florêncio, que ficará responsável pelas fotografias da peça.

A comédia "Jingobel" trata-se do encontro inusitado, na noite de natal, de três mulheres com vidas distintas que se reconhecem e se aproximam na sua carência emocional. Elisa, jovem desequilibrada, filha de Rosa – uma senhora inválida. Vanusa, mulher complexada com seu corpo. Teresa, religiosa que busca propagar a sua fé.

Para a peça, o grupo K optou por um financiamento coletivo através de uma plataforma on-line, onde arrecadou parte do valor necessário para a montagem. No elenco: Camila Johann, Lu May e Ruth Rodrigues. Direção de Jean Massanero. Produção de Rafael Koehler. Concepção sonora de Luís Guilherme Holl. Concepção de cenário e figurino por Grupo K. Iluminação de Jean Massanero e texto de Claudio Simões. Acompanhe os grupos de teatro pelo [facebook.com/SinosCiaDeTeatro](https://www.facebook.com/SinosCiaDeTeatro) e www.facebook.com/grupokteatro/.

FEIRA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA OCORRE NOS DIAS 7 E 8 NO CAMPUS 1 DA FURB

Em 7 e 8 de março ocorre a Feira de Economia Solidária na FURB, das 8h30 até as 20h30. Com o tema Especial Dia das Mulheres, lá serão encontrados produtos artesanais, brechós e alimentos. No dia 8, das 20h às 20h30, a feira contará com o 14º Sarau da Ecosol, que conta com atores, poetas, escritores, feirantes, músicos, artistas em geral, que sejam estudantes, professores, servidores da FURB e outras IES, ou pessoas que simplesmente queiram mostrar a sua arte. Será na frente da Biblioteca Universitária Central, no Campus 1. A feira tem como objetivo fomentar a produção artesanal, e trazer um olhar diferenciado ao consumo voltado à preservação do meio ambiente e a responsabilidade social. A inscrição para o Sarau vai até dia 7, e pode ser feita pelo e-mail araudaecosol@gmail.com. O interessado precisa enviar seu nome pessoal, CPF, nome da performance, o tipo e duração (máximo 7 minutos). Ou ir pessoalmente na L-106 (Campus 1) no período vespertino. Participantes do sarau tem direito a 1h de AACC's. Acompanhe pelo www.facebook.com/vitrinedaecosol/



INSPIRAÇÃO



FOTO: MARIANA FLORENCIO

CRÉDITO: LUIZ ANTONELLO

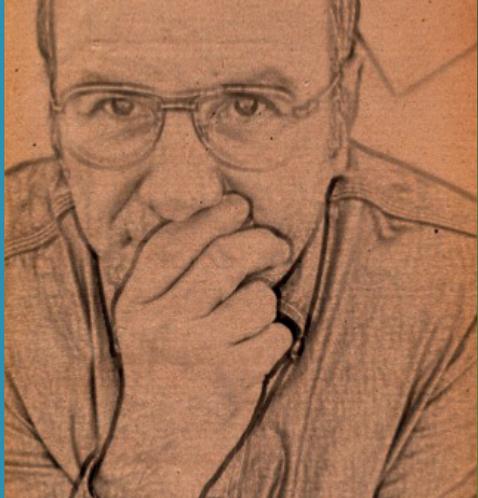
RUAS

POR DOUGLAS MAURÍCIO ZUNINO

Poeta e escritor

Gosto de andar a esmo, pelas ruas...
Se eu pudesse conhecer todas as ruas da cidade?
Hã? Assassinato! Morte! Mexericos! Quem nasceu, naquela rua... Conhecer as estórias de cada rua!
Pudesse eu fazer a crônica de cada rua!
Até os becos sem saída, servidões...
Gosto de andar a esmo pelas ruas... Cada rua é um descobrimento, deslumbramento! Já atravessei madrugadas, com elas. Já amanheci, com elas. Elas estão em minhas veias...
Não a rua do sentimento da modernidade! A rua do alarido, da efemeridade, que Baudelaire descreveu tão bem!
A rua da multidão anônima, que em êxtase Edgar Alan Poe, viu! A rua diurna, urbana, central, cidadina, que eu também gosto!
Mas a rua noturna. Quando a multidão volta para suas casas. Quando a paz retorna aos lares e eu entrevejo um pouco de bondade, nesta humanidade... Depois da luta sangrenta e insana do dia-a-dia, um incauto anda a esmo pelas ruas, espia as casas, querendo saber de suas estórias...
Gosto de andar a esmo, pelas ruas...
Quando estou numa rua, penso em outras ruas. A rua onde a gente jogava bola. A rua dos brinquedos. A rua do carrinho de rolimã. A rua da quilica. A rua das bicicletas. A rua dos vizinhos... A rua onde os carros passavam e não tínhamos o que fazer... nem para onde ir...
A rua dos jardins.
A rua dos duendes e anões.
A rua familiar.
A rua do bairro.
A rua em que namorava no portão. A rua do portão.
Portal para o passado.
A rua da eterna adolescência. Vertigem.
A rua onde eu morava...
Destino? Eu morava bem na esquina da rua Imigrantes com a Engenheiro Odebrecht. Sempre gostei, disso. Meu espírito sempre imigrou, qual ave, rumo ao desconhecido...
Em minha mente, essas duas ruas, eram um símbolo!
Uma era a rua do inóspito! Icognoscível! A outra era a rua da racionalidade! Conhecimento!

Emil Odebrecht, foi o grande senhor que veio lá da Prússia e fez nossas ruas. Abriu picadas, caminhos. Até a serra de Lages. Numa verdadeira epopeia! Prometéica! Uma mente que gostava de excursionar pelo mundo! Em poucas palavras, não se pode falar de um homem assim...
Muitas pessoas costumam pensar nos engenheiros, como construtores de prédios, pontes, avenidas, viadutos. Gosto de pensar neles, como provedores, de nossas ruas...
Gosto de andar a esmo, pelas ruas...
Quem poderia dizer e prever, que um moleque de rua, sim, um moleque de rua! Que adorava soltar intempestivamente foguetes e fugir chaplinicamente dos guardas!
Wernher von Braun! Iria nos levar ao espaço lunático...?
Na rua tudo é extremo, intenso, vibracional. Elementar. Mas agora eu penso, na rua da paz...
Com certeza, Einstein já imaginava essa rua. A rua do espaço infinito. A rua sem tempo. Outra dimensão. A rua do infinitamente pequeno. A rua do infinitamente grande. A rua dos números. A rua da imaginação.
Como é bom, estar de volta às minhas ruas...
Quando % quei um bom tempo no Rio de Janeiro, uma coisa me chocou: era uma cidade sem quintais, sem jardins...
Uma casa era pegada na outra. Uma cidade de prédios. Inescrutável. Eu não tinha o excelso prazer de vagar pelas ruas...
Quando voltei para cá, numa também verdadeira odisséia de volta, saltei no trevo de Jaraguá. Encontrei uma velha senhora capinando à beira da estrada.
– Aqui, você não vai conseguir carona, meu filho!
Disse ela, com aquele indescritível sotaque alemão. Comecei a me sentir em casa. Meu coração bateu feliz. Esta é a minha casa, meu quintal, meu jardim. Minha rua. Como é bom estar numa província, pensei...
A rua é o caminho para o além.
Da eterna busca. Metafísica. Metafórica.
A rua da libertação.
Gosto de andar a esmo, solto, aleatório, volátil, borbulhante...
Pelas nossas ruas...



LADO B

TEMPO INTEGRAL

Encontra-se em discussão no CONSUNI o Regime de Tempo Integral (RTI). O RTI dispõe sobre a profissionalização das atividades acadêmicas na FURB. O debate sobre o RTI é importante porque estabelece quantos, quais e como os professores poderão se dedicar exclusivamente a atividade acadêmica. Encerra os limites e potencialidades inerentes ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. De forma geral, pode-se dizer que a proposta apresentada pela Reitoria dificulta o acesso e aumenta a cobrança. Portanto, a resolução do RTI materializa as contradições financeira, institucional e trabalhista da FURB.

A questão da profissionalização das atividades acadêmicas acompanha o processo de formação e de desenvolvimento da FURB. Durante muito tempo a dedicação exclusiva a FURB esteve restrita somente a dois grupos de professores: a) gestores ligados a administração superior; b) professores vinculados aos institutos de pesquisa. Somente com a transformação da FURB

numa universidade pública, em 1994, e a implantação de um plano de cargos e salários esta situação se modifica progressivamente. Neste contexto institucional, o RTI opõe dois conjuntos de interesses: a) a Administração Superior; b) a Professores da Pós-graduação.

Do ponto de vista da Reitoria, o RTI constitui um mecanismo de controle financeiro. A crise do FIES, associada ao aumento da concorrência intramunicipal e do ensino a distância diminuiu a principal fonte de receita da FURB. Orçamentariamente a maior despesa da FURB é a conta salário. E dentro da conta salário as horas atividades são as mais simples de ser controladas. Assim, por um lado, o RTI procura dificultar o acesso e a manutenção do RTI pelo estabelecimento de critérios mais rigorosos; por outro, visa aumentar as horas de dedicação das atividades de ensino dos professores. Trata-se, portanto, de dificultar o acesso e aumentar a

cobrança.

Do ponto de vista dos professores ligados a Pós-graduação, o RTI é visto como uma ameaça para as atividades de pesquisa. A implantação da cultura de pesquisa na FURB foi lenta e descontínua: nem todas as áreas e nem todos os professores está subordinada as receitas criadas pelas atividades de ensino. Por isto, o desenvolvimento das atividades de pesquisa na FURB são sempre muito conflituosas. Neste sentido, o RTI é visto como um instrumento que tende a precarizar as condições de pesquisa: a) o aumento de conflitos entre professores; b) problemas de saúde devido à sobrecarga de trabalho; c) ameaça as conquistas nas condições de pesquisa.

Porém, estas duas racionalidades não são excludentes. Para entender o que está em jogo na proposta de RTI é preciso superar tanto o Reduccionismo Gerencial da Reitoria quanto o Reduccionismo Acadêmico dos Pesquisadores. Por um lado, a Reitoria manda sinais ambivalentes: dificulta o acesso ao RTI, mas estimula a criação de programas de pós-graduação; por outro, o discurso cooperativo dos pesquisadores: esquecem que o financiamento das atividades de pesquisa é efetuado pelas atividades de ensino. Neste sentido, é preciso pensar o RTI não como um fim, mas como um meio: um pacto político institucional.

Este pacto institucional poderia se chamado de: Compromisso com a FURB. O Compromisso com a FURB compreenderia um acordo pelo período de quatro anos firmado pela comunidade acadêmica pela diminuição do numero de 80% professores substitutos. Evidentemente esta autorestrição implica o aumento das horas de ensino dos professores do quadro. Para isto

se poderia fixar, por exemplo, um patamar mínimo de 16 horas ensino na graduação para todo professor do quadro TI. Os recursos “economizados” seriam investidos obrigatoriamente em três áreas: a) infraestrutura física; b) processos administrativos; c) valorização salarial.

Ano 1: o processo inicia com a renovação da infraestrutura física. O layout arquitetônico e interior da FURB parece uma fábrica da década de noventa. Os prédios estão sujos, as salas de aula antiquadas, os equipamentos desatualizados... A lista é grande! Enquanto que o ambiente externo da FURB vai se renovando, a FURB envelhece. Por isto, com os recursos economizados pela substituição dos professores substitutos se realizaria um amplo programa de renovação da infraestrutura da FURB. A repaginação atrairá mais alunos tanto pela imagem que será projetada, quanto pelo bem estar dos alunos dentro da FURB. Os alunos e servidores tem que se sentir bem na FURB.

Ano 2: em seguida efetua-se o aperfeiçoamento dos processos administrativos. O processo de gerenciamento administrativo da FURB é muito obsoleto. Por um lado, demora-se muito para saber o que esta acontecendo; por outro, o atendimento ao estudante é péssimo. E aqui não se trata de reordenar caixinhas sob o nome de “reforma administrativa”, ou a aquisição de algum software. Mas de melhorar o fluxo de informação e o processo de tomada de decisão. A implantação de um novo modelo de gestão baseado na redefinição de atividades, recursos, procedimentos e regras. Mais precisamente, criar condições para atender melhor o aluno.

Ano 3: uma valorização salarial de 15% para os funcionários. Nos últimos dez anos a carreira profissional dos servidores da FURB foi precarizada: os funcionários e professores pagaram a conta da crise financeira. Em termos comparativos com outras instituições de ensino superior a carreira na FURB deixou de ser atrativa. Por isto, muitos servidores e, principalmente, docentes trocaram a FURB por instituições. Com o aumento de alunos trazidos pela renovação da infraestrutura e do aperfeiçoamento dos processos administrativos poderia se estabelecer uma progressiva recomposição das perdas e uma valorização salarial dos servidores da FURB.

O RTI pode se transformar num instrumento de fortalecimento das atividades acadêmicas. Ir para FURB deve voltar a ser uma experiência gratificante porque é confortável (infraestrutura); o relacionamento com a FURB deve ser é amigável porque a burocracia é ágil (processo administrativo); e, principalmente, deve ser ambiente acadêmico estimulante porque os professores estão motivados (valorizados profissionalmente). Evidentemente, sua implantação deve ser precedida de estudos e simulações de viabilidade operacional. Mas para isto é necessário que o RTI seja amplamente debatido pela comunidade acadêmica da FURB.

O RTI constitui uma convenção sobre o tipo de universidade. Neste sentido, o que está em jogo não é somente o aumento das atividades de ensino, mas a imposição dos custos. E a imposição dos custos não é uma questão que se sustenta normativamente, mas uma decisão que deve ser compartilhada politicamente. Mais precisamente, as normas devem ser precedidas de consenso político, e não o consenso político das normas. Afinal, um instrumento normativo eficiente não é aquele bem desenhado, mas aquele pactuado com a comunidade acadêmica. Por isto, o debate sobre o RTI não pode ser reduzido a uma discussão de custo-benefício no CONSUNI.

A FURB encontra-se numa bifurcação: ou se renova e cresce, ou encolhe e declina. Precisamos encontrar uma forma de reverter o contínuo processo de deterioração da infraestrutura física, obsolescência dos processos administrativos e precarização das condições de trabalho. Ocorre, contudo, que não temos muitas opções... Afinal, a FURB só pode contar consigo mesmo. Neste sentido, o RTI pode se converter num instrumento político que estabeleça um ciclo virtuoso ou num novo foco de conflitos. Por isto, não podemos confundir a escolha das restrições, com a escolha dentro das restrições. Em certas condições, menos é mais.

“

A FURB encontra-se numa bifurcação: ou se renova e cresce, ou encolhe e declina. Precisamos encontrar uma forma de reverter o contínuo processo de deterioração da infraestrutura física, obsolescência dos processos administrativos e precarização das condições de trabalho, pesquisa e extensão.